

EDITORIAL

7

Na Pauta: tensionamentos entre jornalismo e decolonialidade

Investigar um mundo de ponta cabeça, no qual haja mais coisas entre o céu e a terra do que uma vã ciência positiva, remete, necessariamente, a um enfrentamento ao que se convencionou chamar de *normalidade*. Se um imperativo histórico impôs, por meio do exercício sistêmico das mais variadas formas de violência, um vínculo quase indissociável entre as noções de *hegemônico* — que parte de relações díspares de poder — e *natural* — algo dado, inquestionável —, provavelmente o problema esteja nos modos predominantes de refletir e agir sobre a realidade.

Ao longo da história, essas maneiras de encarar a concretude do mundo se naturalizaram não apenas entre grupos de exploradores, mas também entre aqueles explorados século após século. Binarismos como *desenvolvido* e *subdesenvolvido* e algumas ramificações, como a oposição entre *central* e *periférico*, foram por muito tempo avaliados como incontroversos. Seria preciso que o *terceiro mundo* — para usar outro desses modismos para se referir aos territórios mais explorados pelo capitalismo — tivesse progresso econômico, tecnológico, político e, claro, cultural para, finalmente e com uma dosagem de sorte, atingir o *primeiro mundo*, isto é, tornar-se uma *potência*. Esse tipo

de classificação impositiva, por conveniência, ignorou e continua a desprezar relevantes e inquestionáveis vantagens históricas dos países economicamente mais ricos, que se desenvolveram em grande parte devido ao suor, lágrimas e sangue de outros povos.

Hoje, as expressões *norte* e *sul global* buscam propor tensões geopolíticas entre, respectivamente, a parte do globo que se beneficiou e a que se prejudicou pelos tempos de colonização. Ao contrário das designações pretéritas, entretanto, a última explora as contradições dessas diferentes realidades e admite e valoriza as singularidades na forma de pensar e agir dos partícipes secularmente marginalizados. Em outras palavras, não se trata de uma abordagem ancorada no positivismo que visa *integrar harmonicamente* dois mundos opostos, mas de uma perspectiva que não apenas reconhece, mas valoriza as diferenças e os saberes produzidos fora dos países que detêm hegemonia nas ciências. A existência, nesses espaços, é avaliada como mais complexa, rica e distinta do que as lentes da lógica europeia ou estadunidense são capazes de focar. As teorias que explicam a modernidade como uma forma de organização social que emergiu na Europa ocidental a partir do século XVII e que, em tese, teria se espalhado com algumas descontinuidades por todo o planeta, detêm limitações para a explicação dos modelos de sociedade existentes na América Latina, na África e na Ásia. Sumariamente, a apropriação indiscriminada e acrítica da tradição científica produzida no norte global em contextos de países que foram colonizados é uma das faces do que é conhecido por *colonialidade*.

Esta edição da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** chega aos leitores e leitoras justamente para abordar tensões entre *jornalismo* — uma prática social amplamente abarcada por atravessamentos dos modelos sedimentados nos Estados Unidos e Europa — e *decolonialidade* — a premissa de que é urgente amadurecer epistemologias singulares e distintas das hegemônicas para reler e mediar o mundo. Com ela, consolida-se uma nova fase do periódico, que tem buscado manter e até reforçar a qualidade editorial e, simultaneamente, tornar o fluxo de avaliação mais agilizado.

Neste volume, o dossiê **Jornalismo e Decolonialidade**, organizado pelos colegas Edgard Patrício, Mara Rovida, Verônica Lima e Luan Santana, mostrou-se um esforço para compreender a necessidade de questionar práticas enraizadas no jornalismo, herdadas de um *ethos* jornalístico importado do norte global. Mais que isso, o conjunto de trabalhos aponta para a emergência do desenvolvimento de modelos jornalísticos que enfrentem os principais temas de interesse público por recortes

interseccionais, ou seja, que levem em conta opressões históricas — gênero, raça, classe social e sexualidade — que marcam sociedades desiguais como a brasileira.

Por se propor a olhar o mundo de ponta cabeça — no sentido de uma perspectiva humanista que amplie a pluralidade de visões e não na inversão das forças no jogo de poder, como propunha uma das leituras da obra pioneira *O norte é o sul*, produzida por Torres García, em 1935, e que, devido ao teor vanguardista, ilustra a capa —, a experiência começa justamente pelo que se costuma relegar às últimas partes dos periódicos: três relatos de experiência. No primeiro, *A construção da credibilidade jornalística da Revista AzMina como mídia radical ativista*, Bárbara Pereira Libório compartilha o processo, coordenado por ela, de adesão de um veículo brasileiro voltado à cobertura de temas ligados a questões de gênero ao *Trust Project*, consórcio internacional que define parâmetros de transparência jornalística, qualidade e credibilidade. A experiência contradiz o senso comum de que veículos alternativos apenas são capazes de fazer coberturas tidas como *panfletárias*, ou ainda, de que para fazer jornalismo de qualidade seja preciso seguir postulados amplamente popularizados no campo a partir de uma visão eurocêntrica, sobretudo, ideais como *isenção* e *imparcialidade*.

Na sequência, Bruno de Castro Brito, cofundador do primeiro portal de jornalismo negro profissional do Ceará, assina o texto *A “Terra da Luz” tem preto, sim! Um relato da experiência antirracista do portal Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística*, surgido e desdobrado de um curso sobre igualdade racial promovido pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindijorce). O artigo aponta, sem cair em romantização, a existência de um nicho jornalístico voltado à cobertura de notícias sobre pessoas negras em situação de protagonismo focado na desconstrução de estereótipos vinculados a essa parcela da população. Paradoxalmente, aponta as adversidades pelas quais a iniciativa passa, sobretudo, por fatores ligados a problemas de viabilidade econômica sustentados por mitos que reforçam o racismo, como a noção de *democracia racial*.

Por fim, a seção de relatos se encerra com *Carta para ELAS: um estudo sobre práticas de comunicação não-hegemônica para mídia sonora*, de Paula Gorini Oliveira. A autora relata uma experiência de observação participante que resultou na produção de um podcast com mulheres que passaram pelo sistema prisional. Ao se apropriar da metodologia epistolar para acessar narrativas das histórias de vida de cinco mulheres, a pesquisadora demonstra as potencialidades da iniciativa contra-hegemônica. Por meio das cartas, tais mulheres mostram-se para além dos estigmas que as acompanham.

Sem dúvida, os relatos apresentam potencialidades de iniciativas jornalísticas que se posicionam como práticas de resistência e/ou de substituição de modelos vigentes. A questão da decolonialidade, entretanto, como uma epistemologia orgânica, precisa encontrar formas de agir sobre o *ethos* jornalístico que vigora na imprensa *mainstreaming*. É nessa linha que o texto *Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo*, assinado por Jorge Kanehide Ijuim, abre a seção de artigos. Para o pesquisador, heranças de um jornalismo produzido no norte global afetam tanto aspectos técnicos quanto éticos e estéticos. O pressuposto da argumentação é o de que para humanizar a prática social chamada jornalismo é vital humanizar antes o profissional.

Na mesma linha de exposição, Dayana K. Melo da Silva e Carlos Eduardo Souza Aguiar, em *Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade*, reforçam o quanto o jornalismo, acobertado por uma ideia míope de objetividade, ideologicamente constituiu-se como um campo voltado à ratificação dos princípios da colonialidade. A partir da análise de duas iniciativas contra-hegemônicas, eles destacam a relevância de incorporar uma lógica interseccional no pensar e produzir jornalismo, sem, contudo, fazer terra arrasada. O “esforço decolonial”, nas palavras dos pesquisadores, não deve só “rejeitar as ferramentas da colonialidade. Diante das complexidades do mundo contemporâneo, apresenta-se como mais fértil a ideia de reapropriação dessas mesmas práticas” (p. 95).

Os três artigos seguintes se debruçam sobre a temática ambiental. Em *Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano*, de Anna Júlia Carlos da Silva e Reges Schwaab, há uma tentativa de relacionar o que os autores chamam de *jornalismo socioambiental* — por gênese, transversal — ao pensamento latino-americano, cuja episteme é alimentada por uma compreensão crítico-utópica, aquela que demonstra, grosso modo, insatisfação e possibilidades de transformação do mundo.

Já em *Jornalismo ambiental e decolonialidade: a ênfase em ouvir outras vozes*, de Eloisa Beling Loose, Patrícia Kolling e Janaína Capeletti, o foco se volta para a relevância em pluralizar as vozes que participam das disputas narrativas sobre a temática ambiental. A ampliação de vozes, interpreta-se do escrito, serviria tanto para enriquecer o debate público quanto para, até certo ponto, pressionar o jornalismo hegemônico a rever alguns dos critérios de cobertura das pautas ambientais.

Conforme dito, o último artigo que trata de um tema relacionado a meio ambiente é resultado de uma pesquisa empírica. *Jornalismo decolonial no Instagram: o*

enquadramento da pauta climática em perfis de mídia hegemônica e contra hegemônica na cobertura nacional e regionalizada com foco na Amazônia, assinado por Jéssica de Souza Carneiro e Walter Teixeira Lima Júnior, busca diferenciar abordagens feitas entre perfis de veículos hegemônicos e contra-hegemônicos na plataforma digital Instagram. Os resultados demonstram que as redes sociais podem servir para a descentralização dos processos comunicacionais e que no caso analisado — enchentes ocorridas em São Paulo e no Acre no início deste ano — houve práticas de racismo ambiental.

Das discussões de racismo ambiental para as de racismo. No artigo *Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial*, Alice Oliveira de Andrade e Maria do Socorro Furtado Veloso também se preocupam com a questão das vozes. Segundo as autoras, enquanto espaço de resistência e transformação, o jornalismo antirracista amplia “o alcance de vozes historicamente subalternizadas” e desnaturaliza “as hierarquias sociais instituídas pela própria mídia hegemônica” (p. 166). Nesse sentido, as mídias negras integrariam uma estratégia decolonial da contemporaneidade.

Ao olhar para uma edição alusiva aos povos indígenas produzida por um célebre jornal que circulou no período de transição entre as décadas de 1970 e 1980, Cândida de Oliveira e Muriel Emídio Pessoa do Amaral discutem, no artigo *Decolonialidade editorial como outros saberes, seres e subjetividades: povos indígenas no jornal Lampião da Esquina*, como a publicação conseguiu conferir dignidade, pertencimento e visibilidade pública aos povos indígenas. A abordagem sugere, no mínimo, a existência de práticas jornalísticas com pinçadas decoloniais antes mesmo consolidação do conceito.

Em consonância com a ideia anterior, *Do tambor ao papel: Nzinga Informativo e a imprensa feminista negra*, artigo assinado por Danyela Barros Santos Martins de Queiroz e Reginaldo Moreira, faz uma leitura crítica a partir de uma análise documental de um produto do movimento feminista negro brasileiro que circulou ao longo da segunda metade da década de 1980. Naquele período de redemocratização do país, explicam os autores, os movimentos sociais saíram da clandestinidade e puderam voltar atenções para pautas que iam além das questões de classe.

Ainda por uma perspectiva histórica, em *A guerra de mentira: reflexões sobre o poder das armas e das palavras numa cidade amazônica*, Lila Bemerguy conta como dois jornais paraenses cobriram a Operação Mocorongo, realizada em 1969. Apesar de ser mera encenação de uma invasão militar, os impressos da região noticiaram uma guerra

imaginária, ao passo que rechaçaram os insurgentes e elogiaram “a bravura e coragem dos que defenderam a cidade de uma invasão” (p. 231). Por que a cobertura enalteceu as forças militares e o passado de dominação? Conveniência? Medo de violência?

Embora em épocas distintas, o último ponto, sem dúvidas, está relacionado com o artigo final do dossiê, escrito por Jessica Gustafson. Em *Proteção e resistência de jornalistas feministas na América Latina*, a autora, a partir de depoimentos de jornalistas latino-americanas que vivem um contexto de crescimento de violência contra profissionais de imprensa, especialmente mulheres, discute como se estrutura a articulação de jornalistas feministas na *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), fundada em 2005, no México. O espaço, defende a pesquisadora, constitui-se como um grande *acorpamiento*, isto é, uma rede coesa de proteção.

Como complemento, os organizadores produziram uma entrevista — *De dentro pra dentro: jornalismo de olhar periférico no centro da prosa* — com três integrantes de coletivos de jornalismo independente: Gabrielle Guido e Brenda Gomes, do coletivo *Entre Becos*, em Salvador, e Aline Rodrigues, do *Periferia em Movimento*, em São Paulo.

12

A edição fecha com um artigo enviado via fluxo contínuo. *Operação Lava Jato e Lula: enquadramento e memória na Folha de S.Paulo*, assinado por Adriano Charles da Silva Cruz, analisa os enquadramentos da condução coercitiva do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da operação Lava Jato, em 2016. Segundo o autor, os enquadramentos midiáticos do episódio reforçam um processo de antecipação da culpa.

A equipe editorial da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** reforça que o periódico permanece aberto para receber propostas de dossiês temáticos e, claro, artigos, resenhas, entrevistas e relatos de experiência em fluxo contínuo.

Ótima leitura e até a próxima edição.

Ponta Grossa, 30 de junho de 2023.

Hendry André e Marcelo Engel Bronosky